

O campo da Avaliação da Educação Superior: foco na Comissão Própria de Avaliação

▮ Joelma dos Santos Bernardes *

▮ José Carlos Rothen **

Resumo

O artigo tem o objetivo de identificar quais são os conceitos que fundamentam as pesquisas referentes à Comissão Própria de Avaliação. A partir de uma análise bibliométrica chegou-se a sete eixos conceituais para análise qualitativo-descritiva. Conclui-se que existe uma preocupação entre os pesquisadores do campo da avaliação da educação superior com a política pública de avaliação a respeito da forma como o Estado faz apropriação da avaliação regulatória para determinar indicadores de qualidade do ensino a ser ofertado nas instituições de ensino superior. As Comissões Próprias de Avaliação que buscam conduzir e sistematizar autoavaliação na perspectiva emancipatória têm um grande desafio, que é estabelecer a cultura de avaliação na realidade institucional diante do controle e da regulação do Estado.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Análise Bibliométrica. Comissão Própria de Avaliação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação e Mestre em Educação, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar; E-mail: joelma.santos833@gmail.com.

** Doutor em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba; Professor adjunto do departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. E-mail: jcr3219@yahoo.com.br.

Introdução

A avaliação da educação no Brasil nas décadas de 1980, 1990 e 2000 vem sendo pauta de discussão e de proposição entre o Estado, a comunidade acadêmica e as diversas instâncias da sociedade civil e sindical. No que diz respeito à educação superior, a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em 2004, é um dos marcos. Na legislação, que o instituiu, são previstos que sejam realizados processos avaliativos de forma interna (também chamado de autoavaliação institucional) e externa nas Instituições de Ensino Superior (IES), para que assim, o Estado mantenha o controle e a regulação do ensino ofertado.

A respeito da autoavaliação institucional, a Lei do SINAES e os atos normativos que a regulam, determina-se que cada IES pública ou privada constitua a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), com a finalidade de conduzir e sistematizar a autoavaliação institucional em forma de relatório e encaminhá-lo via sistema e-MEC¹ à administração pública. Conforme está expresso no art. 11 parágrafos I e II da Lei do SINAES² a CPA pode ser constituída por:

[...] ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior. (BRASIL, 2004).

Pode-se compreender que a autoavaliação institucional realizada pela CPA possibilita à IES adquirir maior conhecimento de si, identificando avanços, fragilidades e melhorias desde a estrutura física até o compromisso social, tendo como base as dez dimensões do SINAES.

No ano de 2014, o SINAES completou dez anos de implantação, momento em que se possibilitou averiguar a literatura científica acerca desta política pública, de sorte que, este trabalho tem o objetivo de identificar os conceitos que fundamentaram as pesquisas

¹ A plataforma e-MEC é um sistema eletrônico que tem a finalidade de acompanhar os processos que regulam a educação superior, maiores informações acesse: <<https://emec.mec.gov.br/ies/>>.

² Lei 10.861 de 14 de abril de 2004.

referentes à CPA. Para tal, um levantamento bibliográfico foi realizado a respeito da temática e posteriormente foi realizada uma análise bibliométrica para levantar os índices quantitativos e, então, efetivar uma análise qualitativo-descritiva. A esse respeito, Vanti (2002, p. 155) afirma como a bibliometria pode contribuir para a pesquisa educacional:

Indicadores de uso são obtidos, assim, para definir uma lista de publicações periódicas prioritárias e para prever a demanda futura. É fundamental ter como detectar a utilização real dos títulos que constam em uma biblioteca, possibilitando determinar a obsolescência das coleções. Os índices bibliométricos também são utilizados para avaliar a produtividade e a qualidade da pesquisa dos cientistas, por meio da medição com base nos números de publicações e citações dos diversos pesquisadores.

A partir dos índices bibliométricos, é possível analisar uma série de produções do conhecimento e, com isto, mapear o campo científico. É importante ressaltar que, neste trabalho, o campo científico é denominado de campo da avaliação da educação superior, o qual é um espaço de luta concorrencial entre pesquisadores em torno de conceitos que fazem parte das políticas públicas de avaliação da educação superior (BOURDIEU, 1983).

Com a utilização da análise bibliométrica, no campo da avaliação da educação superior, pode-se identificar os conceitos que são validados tanto por pares como por concorrentes, em que buscam o reconhecimento e a credibilidade em suas investigações. Além disso, na análise bibliométrica, pode-se detectar erros, falhas, incongruências, avanços, tendências e melhorias nas publicações. A esse respeito, Bourdieu (1983) contribui afirmando que o campo científico caracteriza-se como sendo ao mesmo tempo afilador de seguidores e concorrentes para que a pesquisa científica tenha credibilidade e aceitação.

O presente artigo está organizado em quatro partes. Na primeira parte, é realizado um panorama histórico da institucionalização da avaliação e a perspectiva dos pesquisadores a respeito desta temática. Na segunda parte, é descrito o procedimento metodológico utilizado neste trabalho. Na terceira parte, são apresentados os conceitos levantados a partir da análise bibliométrica. E por fim, na quarta parte, são apontadas as contribuições do estudo para o campo da avaliação da educação superior.

Institucionalização da Avaliação Institucional: um panorama histórico

Na literatura científica, são retratados os embates e impasses políticos referentes ao campo da avaliação da educação superior, especificamente, tratando da avaliação institucional (BARREYRO, 2004; DIAS SOBRINHO, 2010; FRANCO, 2012; ROTHEN, 2006). Na década de 1980, houve manifestações por parte da comunidade acadêmica e de diversas instâncias da sociedade civil e sindical na busca pela melhoria da qualidade da educação superior. Com isso, ocorreu a implantação do programa, da comissão e dos grupos que se assemelhavam em buscar melhorias na qualidade da educação superior. Esse movimento de reivindicação, de discussão e de proposições entre Estado e instâncias da sociedade civil se estendeu pela década de 1990. Dentre os fatos marcantes da história das políticas públicas de avaliação da educação superior destacam-se a Lei n. 9.131/1995, a Lei n. 9.394/1996 e, em 2004, a Lei n. 10.861 que implantou o SINAES e, como isto, a avaliação institucional passa a configurar-se como uma exigência legal.

Esta seção se inicia com a apresentação do processo de institucionalização da avaliação em âmbito internacional que influenciaram as políticas de avaliação nacional, na visão de Eunice Durham, que teve forte participação da política de avaliação da educação superior, na década de 1990; em contraposição, na sequência é mencionada à experiência de avaliação da Universidade de Brasília e finalmente são resgatados posicionamentos de pesquisadores sobre a importância da avaliação institucional.

Durham (1992) faz um apanhado histórico dos processos de institucionalização da avaliação que ocorreu em alguns países da Europa e nos Estados Unidos e que influenciaram as políticas públicas para a avaliação da educação superior brasileira. A pesquisadora relata que na Inglaterra, na França e na Holanda a avaliação está atrelada à distribuição de financiamento para diferentes setores da sociedade, dentre eles, destaca-se a universidade. A avaliação interfere na autonomia tradicional da IES, além de servir como instrumento de controle para o Estado.

Durham (1992) acrescenta que no sistema de ensino europeu existem três problemas semelhantes aos do Brasil, que são: o crescimento e a diversificação da educação superior; os efeitos na qualidade do ensino; e o custo crescente para os fundos públicos. Com o crescimento da demanda por vaga na universidade europeia, o Estado passou a ter dificuldade em abarcar com os custos. Com isso, surgiram outras formas de sustentar

a universidade; para além das oriundas do fundo público as fontes privadas diversificaram-se. Assim aparecem as doações das empresas, as parcerias de pesquisa com a indústria, bem como a cobrança de taxa ao estudante. De maneira que, pode-se notar que: a) universidade começou a ser objeto de vários tipos de avaliação; b) verificou-se no crescimento da procura de formação de profissionais para o mercado público e privado da educação superior.

Com o crescimento da oferta de vagas nas universidades europeias, o cenário social para os jovens de baixa renda modificou-se, pois antes eles eram excluídos do sistema de ensino, e com o aumento das vagas, passaram a ter oportunidade de acesso. Segundo Durham (1992) nem todas as universidades se adequaram à demanda de novas vagas, em decorrência disso, ocorreu o declínio da qualidade. Também, houve problemas com o custeio derivado do orçamento público, da necessidade de flexibilização curricular e do desenvolvimento tecnológico, bem como o de sanar dificuldades entre o sistema tradicional e gerencial. A universidade ficou num impasse: de um lado, não poderia mostrar incapacidade administrativa e nem perder a autonomia, o caráter crítico e inovador; e, de outro, não poderia tornar-se obsoleta e ceder a todas as pressões dos financiadores. Diante desse cenário, em um aspecto específico a garantia da democratização do acesso à educação superior, Durham (1992) defende que a avaliação não é apenas uma manifestação de autoritarismo do Estado, mas um processo de controle democrático. O que a pesquisadora expõe é que à medida que a descentralização do ensino acarreta em competição, em aumento de vagas e na forte pressão do mercado, ao mesmo tempo, adquire autonomia perante as tomadas de decisão e democratiza o acesso de mais jovens à educação superior. Os Estados Unidos seriam um exemplo de descentralização da educação superior. As universidades agiriam como as empresas, competitivas, as quais buscariam contratar os melhores pesquisadores e docentes, pois, dessa forma, obteriam financiamento público e privado. Ainda, a aplicação da avaliação pode dar-se pela própria IES ou por instituições específicas de avaliação e isso proporcionaria o dinamismo, o desenvolvimento e o crescimento para o ensino.

Durham (1992) adiciona que é preciso institucionalizar múltiplos processos de avaliação, a saber: fortalecimento e ampliação da informação; manutenção de setor avaliativo; comissão autônoma de cientista e docente; indicador comparativo; e análise e

diagnóstico da eficácia administrativa para que a atuação da universidade seja eficiente, eficaz e produtiva e se distancie de ficar obsoleta e sucateada.

Percebe-se que o posicionamento de Durham (1992) a respeito da institucionalização da avaliação está na perspectiva do mercado educacional, em que a ação do Estado consiste em expandir, regular e controlar a qualidade da educação superior ofertado pelas IES.

Em enfoque distinto, ao um panorama da avaliação institucional no Brasil, Belloni et al. (2005) relatam a experiência vivenciada na Universidade de Brasília na década de 1980, em que os pesquisadores afirmam que o resultado da avaliação institucional é de caráter estritamente político. Esse caráter político era certificado, pois a comunidade acadêmica e a sociedade civil reivindicavam que a universidade ofertasse ensino de qualidade e redemocratizasse as estruturas políticas. Diante desse contexto, iniciou-se a avaliação institucional na IES, com a finalidade de possibilitar o resgate da credibilidade democrática. Outro fator recorrente que afetava a instituição e as demais IES públicas era a prestação de contas à sociedade civil a respeito do investimento recebido, e, também, as iniciativas do Estado em implantar o perfil empresarial nas instituições.

O projeto de avaliação institucional requereu o envolvimento e a participação da comunidade acadêmica, bem como o enfrentamento das necessidades estruturais e conjunturais, ou seja, as transformações que a universidade vivenciava e as transformações político-sociais que interferiam diretamente na realidade institucional. Esse projeto foi pautado na avaliação do ensino (graduação e pós-graduação), do desempenho técnico-científico, das atividades de extensão, da administração, dos colegiados acadêmicos e dos órgãos de apoio (editora, biblioteca e outros). Cada instância elencada poderia ser avaliada isoladamente ou não, sendo cruzados os dados de duas ou mais para análise.

No processo avaliativo, houve o envolvimento da comunidade externa e também da comunidade interna. Isso possibilitou acompanhar e conhecer os impactos causados pela atividade avaliativa desenvolvida na universidade, demonstrando as deficiências a serem sanadas e os avanços conquistados. Belloni et al. (2005) ressaltam que a avaliação, no caso específico a avaliação de desempenho acadêmico, não deve focar apenas nos resultados, todavia é fundamental explorar e discutir todo o processo. Além disso, é

preciso ter competência técnica, como também buscar conhecer os fatores não explícitos nos resultados.

Por sua vez, Dias Sobrinho (2005) compreende que o conceito avaliação institucional tem que estar na perspectiva participativa, isso porque ela é uma ação que ocorre em todos os setores da IES, é ampla e não se restringe aos resultados. Além disso, deve ser contínua no processo avaliativo, integrando a todos que compõem a comunidade acadêmica. Tal integração é construída no cotidiano, desde as ações administrativas e jurídicas até as pedagógicas. E tendo como orientação a avaliação formativa na construção crítica do conhecimento, visando à qualidade, isso não significa rejeitar a quantidade, mas fazer uso dos dados quantitativos e interpretá-los para atingir a qualidade educativa. Nesse processo, é preciso ter flexibilidade para a tomada de decisão coletiva e, assim, instituir a credibilidade entre os atores sociais, para que possam comparar o que foi planejado com o que está sendo executado. Mesmo com algumas mazelas apresentadas nos processos de avaliação institucional, tais como a avaliação para o ranqueamento e para a regulação, é preciso avaliar e buscar o aprimoramento contínuo, pois se trata de investimento público e social. Dias Sobrinho (2005) sinaliza a importância de fomentar dentro da comunidade acadêmica a qualidade educativa da avaliação. Por sua vez, Amaral e Polidori (1999), ao analisarem o processo de implantação da avaliação da educação superior em Portugal e no Brasil no início da década de 1990, afirmam que a avaliação institucional de Portugal e do Brasil visa a melhoria da qualidade do ensino ofertado nas instituições, bem como a prestação de contas à sociedade do financiamento recebido.

Ademais, no campo da avaliação da educação superior, há pesquisadores que compreendem que a avaliação institucional pode ser entendida como um processo de conhecimento democrático e aperfeiçoamento das práticas cotidianas, e não apenas como uma forma do Estado estabelecer o controle e a regulação dentro da IES. A esse respeito, Augusto (2007) compreende que a avaliação institucional deve ser entendida como um processo democrático que direciona a busca da qualidade educativa. A avaliação não deve ser executada de forma impositiva, burocrática e nem extinguir a dados quantitativos (titulação de docente, custo-aluno e outros). Além disso, a avaliação

institucional deve ser construída durante um espaço de tempo que, normalmente, é longo.

Peixoto (2008) entende que a avaliação institucional é a possibilidade da IES conhecer-se e ser conhecida. Por sua vez, Augusto e Balzan (2007) relatam que avaliação institucional busca identificar e significar a atuação da IES, por meio das atividades, dos cursos, dos programas, dos projetos e dos setores, respeitando a especificidade de cada organização acadêmica.

Grego et al. (2007) mencionam que a avaliação institucional é uma possibilidade de construção da cultura avaliativa alicerçada nos princípios da democracia, da autonomia e da liberdade acadêmica.

Galdino (2011) apresenta dois tipos de avaliação institucional, a meritocracia/controle e a transformação/aperfeiçoamento. Já Inez (2007) e Lima (2011) compartilham da ideia de Galdino referente à primeira avaliação, meritocracia/controle. Esta avaliação visa estabelecer o ranking, a classificação e a competição por meio dos resultados, a qual é conduzida por políticas de interesses hegemônicos.

A segunda avaliação, citada por Galdino (2011), a transformação/aperfeiçoamento, busca construir processos democráticos e participativos. Silva (2011) e Cavalcante (2006) comungam com Galdino (2011) a respeito do caráter pedagógico da avaliação para a transformação/aperfeiçoamento, especialmente no reconhecimento e na integração da comunidade acadêmica.

Castanheira, Coelho e Gagliardi (2005) não definem o que é avaliação institucional, porém esclarecem que o resultado da avaliação deve atribuir significado e melhoria, e não apenas dados quantitativos. Felix e Gallina (2011, p. 7) acrescentam que “a avaliação não é um fim em si mesmo, mas um meio para transformar a realidade e transformar-se a si próprio”. Ainda, Dotta (2009) expõe que a avaliação institucional visa alcançar resultados em prol da qualidade, como também ela é um instrumento de aperfeiçoamento do processo de tomada de decisão.

Nota-se que a institucionalização da avaliação ocorreu apoiada numa perspectiva do mercado educacional, que influenciou as políticas públicas brasileiras, sendo uma das consequências, a demasiada expansão da educação superior privado na segunda metade da década de 1990. Diante desta realidade, o Estado elaborou processos de avaliação

institucional para manter o controle e a regulação da educação superior. A avaliação seguiu as demandas do mercado educacional, o que se evidenciou por meio do exame nacional de desempenho, da avaliação de curso, da avaliação das condições de ensino, e da divulgação na mídia dos resultados da avaliação, entre outras ações.

Pode-se constatar que a avaliação institucional é algo presente e atuante nas IES públicas e privadas brasileiras, exercendo o controle e a regulação do Estado. Entretanto, a avaliação institucional pode ser utilizada numa perspectiva educativa, participativa, democrática e social, sendo uma facilitadora para a reflexão sobre as ações e os conjuntos de informações da comunidade acadêmica. Além disso, oportuniza o (re)planejamento e a tomada de decisão para a gestão institucional com a participação da comunidade acadêmica numa prática democrática.

Na próxima seção, o procedimento metodológico utilizado para o estudo é apresentado.

Bibliometria em Destaque

A elaboração de índices quantitativos neste trabalho iniciou-se com a busca por meio da ferramenta de pesquisa *scholar.google*³, empregando as palavras-chave: “Comissão Própria de Avaliação (CPA)” e “autoavaliação institucional”. Esta ferramenta possibilitou reunir trabalhos localizados em diferentes plataformas a partir das palavras-chave da investigação. De forma que nessa etapa, mais de 2.300 trabalhos foram encontrados versando sobre diversas temáticas, tais como: Exame Nacional de Desempenho de Estudante (ENADE), avaliação de aprendizagem, avaliação escolar, dimensões do SINAES, entre outros. Diante da vasta quantidade de trabalhos, foram selecionados, a partir da leitura do título, aqueles que tratavam a respeito das temáticas de autoavaliação institucional e CPA.

Nesse primeiro critério de seleção, foram obtidos 103 trabalhos. Limitou-se ainda mais o universo desses textos, por ainda ser uma grande quantidade de trabalhos para a pesquisa.

³O *scholar.google*, em português Google Acadêmico, é uma ferramenta de pesquisa do *Google* que permite pesquisar em trabalhos acadêmicos, literatura escolar, jornais de universidades, documentos, relatórios científicos e de investigações e artigos variados. Sendo esta ferramenta de pesquisa robusta o suficiente para encontrar trabalhos em diferentes bases de dados, tais como, *web of science*, *scopus*, *scielo*, *periódico capes*, entre outros.

Logo, leituras do título e do resumo foram realizadas em cada um dos 103 trabalhos. A finalidade deste procedimento foi identificar, a partir dos títulos e dos resumos, quais deles tratavam efetivamente a respeito da CPA e da autoavaliação institucional. Buscando-se ainda obter uma quantidade viável para a investigação, utilizou-se o seguinte critério de seleção: ser trabalho que trata especificamente da autoavaliação institucional e da CPA; ser artigo presente na plataforma SCIELO⁴ e SCIELO Books⁵; ser tese ou dissertação; ou estar inserido em dois importantes eventos da área que contemplavam a temática da avaliação da educação superior. Posteriormente, reduziu-se a seleção de artigos da plataforma SCIELO e SCIELOBooks a duas revistas: Avaliação da Educação Superior e Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação; e ao livro: Avaliação Educacional: Desatando e Reatando Nós, pois as revistas e o livro, supracitados anteriormente, indicaram maior incidência de artigos sobre a temática investigada. As dissertações e as teses que apresentaram pesquisas referentes à autoavaliação institucional e à CPA foram localizadas nas seguintes instituições: Fundação Getúlio Vargas (FGV), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC - Campinas), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC - PR), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-São Paulo), Universidade de Brasília (UnB), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP) de Marília, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Os dois eventos dos quais foram selecionados os trabalhos são: Encontro de Avaliação Institucional das Instituições de Ensino Superior associadas da ABESC e ABRU na PUC - Campinas de 2005 e 25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação da ANPAE de 2011. Cabe evidenciar que um evento tratou a respeito da avaliação institucional e o outro evento a respeito da

⁴ *Scielo* é a Biblioteca Científica Eletrônica com publicação eletrônica cooperativa de periódico científico na internet. Para maiores informações acesse:

<<http://www.scielo.org/php/level.php?item=1&lang=pt&component=56>>.

⁵ *Scielo Book* é da rede *Scielo* de Livros com publicação eletrônica de coleções nacionais e temáticas de livros acadêmicos. Para maiores informações acesse: <<http://books.scielo.org/introducao/>>

avaliação da educação superior, o qual houve trabalhos que discutiram a temática avaliação institucional no campo da avaliação da educação superior.

Ao finalizar a leitura dos 103 trabalhos, eles foram separados nas seguintes categorias artigo de revista; artigo de evento e; tese e dissertação, sendo que desse total 47 trabalhos abrangeram as políticas públicas da avaliação da educação superior. Para o presente estudo 22 trabalhos foram selecionados, pois tratavam especificamente da temática em voga. Adicionou-se 7 trabalhos de pesquisadores clássicos que investigam a avaliação da educação superior em âmbito nacional e internacional, a saber: Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo de Ana Maria Saul (1991), Avaliação Educacional: regulação e emancipação de Almerindo Janela Afonso (2009), A institucionalização da avaliação de Eunice Durham (1992), *School evaluation: internal or external?* de David Nevo (2001), Avaliação institucional da Universidade de Brasília de Isaura Belloni et al. (2005), Avaliação Institucional, Instrumento da Qualidade Educativa: a experiência da Unicamp e Universidade: projeto, qualidade, avaliação e autonomia de José Dias Sobrinho (1994; 2005) e *Types of Evaluation and Types of Evaluator* de Michael Scriven (1996). Com base nos trabalhos selecionados, fez-se uso da análise bibliométrica para a elaboração de uma planilha com a finalidade de categorizar os trabalhos com os seguintes campos: 1) tipo de material; 2) ano de publicação; 3) instituição da publicação; 4) autores; 5) título; 6) descritores ou categorias mais usadas; 7) tipo de avaliação; e 8) tipos de pesquisa.

Neste artigo, analisou-se o campo descritor ou as categorias mais usadas da planilha bibliométrica, que obteve uma frequência total de 249. Diante da grande quantidade de descritores ou das categorias mais usadas como critério de seleção, foram analisados aqueles que tiveram frequência acima de cinco citações nos trabalhos, isto porque eles contemplavam o campo investigativo do trabalho, conforme estão apresentados na Quadro 1 a seguir.

Quadro1 - Descritores e/ou categorias mais usados

Descritores/ Categoria	Frequência
Avaliação Institucional	26
Estudo de Caso em Universidade	26
Comissão Própria de Avaliação	18
Autoavaliação Institucional	17
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior	14
Educação Superior	13

Participação	9
Gestão Institucional	8
Processo Acadêmico	8
Avaliação	8
Cultura de Emancipação	7
Controle na Avaliação Institucional	6
Política Pública de Avaliação da Educação Superior	6
Cultura de Avaliação	6

Fonte: SANTOS (2014).

Os descritores e/ou as categorias mais usadas foram agrupados em sete eixos conceituais, a saber: 1) Controle na avaliação institucional; 2) Avaliação regulatória e emancipatória na avaliação institucional; 3) Funções formativa-somativa na avaliação institucional; 4) Avaliação interna e externa na avaliação institucional; 5) Participação, negociação e diálogo na avaliação institucional; 6) Cultura de avaliação na avaliação institucional; 7) Gestão na avaliação institucional.

Na próxima seção, a análise do campo da avaliação da educação superior é realizada, tendo como base os sete eixos conceituais identificados nos trabalhos que tratam da CPA e da avaliação institucional.

Campo da Avaliação da Educação Superior em Análise

1) Controle na avaliação institucional

Carvalho (2009), ao tratar da avaliação institucional, menciona a forma como o Estado exerce o controle na educação superior. Para esse pesquisador, o conceito “controle” está amparado na concepção positivista, porque faz uso de instrumentos objetivos para obter produtividade e eficiência, aproximando-se da ação política e distanciando da ação pedagógica. Nessa concepção, o controle é o exercício de poder, que mantém a hierarquia, a classificação, a seleção, a autoridade e a responsabilização individual. Além disso, torna-se legítimo por meio da consciência social e da prática discursiva dos envolvidos no processo avaliativo.

Grego et al. (2007) diferem de Carvalho (2009) ao apresentarem outro enfoque conceitual a respeito do “controle” na avaliação institucional ao realizarem uma análise do termo a partir do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), na década de 1990. O controle desenvolvido no PAIUB estava apoiado na

perspectiva formativa, o que possibilitou a autonomia em tomadas de decisão nas instituições públicas, a adesão voluntária ao Programa, a participação livre, entre outras ações. O Estado era incumbido de subsidiar o aparato financeiro e estrutural, e não intervinha na organização política da IES. Entretanto, as políticas públicas para a educação superior nacional foram modificadas por meio da atuação do Estado, em decorrência, a perspectiva do controle, no PAIUB, também se modificou. Por conseguinte, o Estado passou a regular as ações das IES por meio do Exame Nacional de Cursos (ENC), com o pretexto de prestar contas à sociedade sobre a qualidade do ensino. Em dias atuais, o controle está a serviço da avaliação regulatória e já não possui o caráter formativo do PAIUB.

Percebe-se que, do ponto de vista do PAIUB, o controle foi um mecanismo que a IES utilizou para se organizar internamente e desenvolver a sua avaliação institucional, para então prestar contas ao Estado e à sociedade civil do financiamento recebido. Com as modificações das políticas públicas, o controle aproximou-se da perspectiva de mercado, em que o Estado passou a exercê-lo dentro das IES por meio da avaliação e da autoavaliação (relatório da CPA) como uma forma de averiguar qual é a qualidade de ensino que está sendo ofertado para garantir a manutenção do mercado educacional.

2) Avaliação regulatória e emancipatória na avaliação institucional

A partir da perspectiva sociológica da avaliação, Afonso (2009) destaca três modelos de avaliação: normativa, criterial e formativa para então conceituar a avaliação regulatória e a avaliação emancipatória. O pesquisador ainda acrescenta que a avaliação educacional possibilita um amplo campo teórico-conceitual, pois leva em conta “predominantemente factores históricos, sociais, culturais, políticos ou económicos” (p. 9). De forma que, é compreendido que a avaliação normativa corresponde à competição e à comparação dos resultados apontados por meio da avaliação, e é de caráter quantitativo. A avaliação criterial verifica a aprendizagem do aluno por meio de testes, seguindo orientações de normas e de regras para averiguar a validade da aprendizagem e do método de ensino. Já a avaliação formativa pode utilizar-se de testes e provas, contudo não tem o objetivo de coletar apenas informações quantitativas como a criterial; ela vai além, rompendo com a avaliação da averiguação e permitindo a pluralidade de

significado na avaliação educacional. A avaliação normativa e a criterial consistem em mecanismos de controle, de regulação e de responsabilização de interesse do Estado neoconservador e neoliberal a partir da década de 1980, conforme expõe Afonso (2009).

No contexto educacional, existe uma tendência de valorização da avaliação de resultado em detrimento da avaliação de processo, tornando comum o ranqueamento e a classificação entre as instituições escolares. Com base nos resultados, aquelas que tiverem melhores indicadores recebem mais investimento. Desse modo, a avaliação estabelece controle e regulação por parte do Estado-avaliador. A esse respeito, Afonso (2009, p. 122) afirma que:

Designada aqui como avaliação estandardizada criterial com publicitação de resultados, esta modalidade de avaliação permite evidenciar melhor que qualquer outra, o já designado “paradoxo do Estado neoliberal”: por um lado, o Estado quer controlar mais de perto os resultados escolares e educacionais (tornando-se mais Estado, Estado-avaliador) mas, por outro lado, tem que partilhar esse escrutínio com os pais e outros “clientes” ou “consumidores” (diluindo também por aí algumas fronteiras tradicionais, e tornando-se mais mercado e menos Estado). Produz-se, assim, um mecanismo de quase-mercado em que o Estado, não abrindo mão da imposição de determinados conteúdos e objetivos educacionais (de que a criação de um currículo nacional é apenas um exemplo), permite, ao mesmo tempo, que os resultados/produtos do sistema educativo sejam também controlados pelo mercado.

Pode-se notar a atuação contraditória do Estado-avaliador que, ao mesmo tempo, controla e regula os resultados, como também atende aos interesses daqueles que investem e utilizam o sistema escolar. Esse contexto configura-se na avaliação regulatória do Estado-avaliador, no entanto há a possibilidade do “novo (des) equilíbrio” (AFONSO, 2009, p. 121) entre a regulação e a emancipação. É a avaliação emancipatória/formativa, com a participação da comunidade, tornando-se ativa no processo de avaliação educacional, pois pode abrir brechas na avaliação regulatória e assegurar a saída do estado de ignorância e passividade para o estado de autonomia, de emancipação e de solidariedade entre os atores sociais na avaliação educacional.

Acrescenta-se a esta discussão conceitual, o paradigma da avaliação emancipatória proposto por Saul (1991), o qual possui três vertentes teórico-metodológicas que são: 1) a avaliação democrática; 2) a crítica institucional e a criação coletiva; e 3) a pesquisa participante.

A avaliação democrática é caracterizada pela participação da comunidade acadêmica nas tomadas de decisões no processo avaliativo. A crítica institucional e a criação coletiva visam à conscientização da realidade institucional por aqueles que compõem a IES. À medida que os atores sociais conscientizam-se, tornam-se ativos, autodeterminados e envolvidos no processo histórico. Agem sabendo o porquê e para quê de suas ações. Isso gera a pedagogia emancipadora que estabelece o diálogo; o caminho para a comunicação⁶. A comunicação viabiliza verbalizar e problematizar a realidade dos fatos concretos, simbólicos e subjetivos, tais como: “abrangência e sobrecarga de programação, insatisfação difusa notada no alunado em relação ao que é desenvolvido na escola.” (SAUL, 1991, p. 56).

Na construção do paradigma da avaliação emancipatória, há seis princípios que constituem a pesquisa participante defendida por Saul (1991), são estes: a autenticidade e o compromisso, o antidogmatismo, a restituição sistemática, o *feedback* aos intelectuais orgânicos, o ritmo e o equilíbrio de ação-reflexão, e a ciência modesta e a técnica dialogal.

A autenticidade e o compromisso são princípios que têm que estar presentes na conduta do ator social. O antidogmatismo significa afastar-se da rigidez de ideias e de ideologias. Além disso, a restituição sistemática consiste no grupo retornar ao planejamento inicial para certificar se o andamento do processo avaliativo está indo de acordo com o planejado. O *feedback* aos intelectuais orgânicos serve para promover o diálogo entre os diversos colaboradores, bem como para articular a prática com a teoria. O ritmo e o equilíbrio da ação-reflexão versam em harmonizar o processo avaliativo sem que a teoria e a prática sobressaiam um ao outro. Por fim, a ciência modesta e a técnica dialogal têm como princípio abordar situações adversas, tais como: falta de equipamento, de aparelho e de espaço para realizar o processo avaliativo, cabendo aos envolvidos romper com preconceitos e adotar a humildade, reaprendendo com a adversidade. Sobre o processo de romper preconceitos na avaliação, Scriven (1996) descreve que a avaliação formativa-somativa deve, num primeiro momento, ser realizada por um avaliador leigo, ou seja, não especialista em avaliações, para que possa demonstrar com maior riqueza de

⁶ Compreende-se, neste trabalho, que diálogo é a conversa entre duas ou mais pessoas, e comunicação é a informação no interior de um grupo estabelecido por meio do diálogo.

detalhes a realidade institucional. Com base nesses princípios da pesquisa participante para construção do paradigma da avaliação emancipatória, Saul (1991, p. 61) a conceitua como sendo:

[...] um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se à avaliação de programas educacionais ou sociais⁷. Ela está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso principal desta avaliação é o de fazer com as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua “própria história” e gerem as próprias alternativas de ação.

A avaliação emancipatória é um processo longo e árduo para os envolvidos. Ela ocorre por meio da descrição, da análise e da crítica a realidade, o que conduz os envolvidos a tomar consciência de que é uma criação coletiva e, sendo assim, é necessário que haja trocas de informação, de diálogo e de negociação. À medida que a participação e o envolvimento são estabelecidos, o ator social constrói a própria história, ou seja, desperta a responsabilidade, a autonomia e o compromisso no planejamento da avaliação emancipatória. Em adição, não se detém a ideologias ou dogmatismos, tampouco fraqueja diante da adversidade, pelo contrário, busca alternativa e repensa uma estratégia para vencer.

Resumindo, compreende-se que a perspectiva avaliativa utilizada pelo Estado para controlar a IES é a avaliação regulatória, pois faz uso de instrumentos que aferem a eficiência, a eficácia e a produtividade daquilo que é produzido nas instituições. Isso acarreta em competição e ranqueamento entre as IES, pois, em maioria, buscam adquirir melhores resultados para garantir o seu financiamento. No entanto, é possível abrir brechas dentro da avaliação regulatória e controle para implantar ações na perspectiva emancipatória, a partir do instante em que os atores sociais resignifiquem as práticas avaliativas de forma autônoma, consciente e responsável.

3) Funções formativa-somativa na avaliação institucional

⁷ Explicação da autora “Os programas educacionais terão particular referência na apresentação do paradigma, dada a natureza deste trabalho.” (SAUL 1991, p. 61).

Scriven (1996) relata a respeito das funções formativa-somativa da avaliação. O pesquisador enfatiza que é essencial perceber a distinção das avaliações formativa e somativa, pois dependerá do contexto que estão sendo utilizadas, principalmente quando se refere ao uso dado à avaliação, isso envolve uma grande diferença. A função formativa faz parte de todo o processo de elaboração do produto, seja ele o currículo, o projeto político pedagógico, o plano de aula, o administrativo, entre outros. Já a função somativa é mais simples e está ligada ao resultado da avaliação, é de caráter quantitativo. Scriven (1996) defende que as funções formativa-somativa devem ocorrer juntas ao processo avaliativo.

A esse respeito, Carvalho (2009, p. 48) acrescenta que a avaliação formativa está envolvida numa “compreensão pedagogicamente articulada ao sentido amplo, de apelo social, de reflexão, de crítica e a serviço da transformação, o controle tem caráter administrativo e está associado, instrumentalmente, ao polo da avaliação somativa”.

Sintetizando, no campo da avaliação da educação superior, a função formativa da avaliação é utilizada em todo o processo, já a função somativa está vinculada aos resultados, esta é a principal distinção entre as duas, contudo ambas podem ser utilizadas juntas em processos avaliativos, favorecendo com maior conhecimento daquilo que está sendo avaliado.

4) Avaliação interna e externa na avaliação institucional

A avaliação interna, na avaliação institucional, pode ser efetuada por diferentes atores que compõem a comunidade acadêmica, tais como: docente; grupo de docentes; colegiado; conselho; discente; grupo de discentes; comunidade externa; e dirigente ou gestor. Ela também pode ser aplicada em diferentes setores, projetos, programas, Pró-Reitorias e demais instâncias coletivas ou individuais que compõem a IES.

A avaliação interna gerencia a qualidade dentro da instituição, pois caracteriza-se como momento de reflexão, por meio da autoavaliação, em que os atores institucionais percebem-se como profissionais que desenvolvem ações complexas, buscando estratégias de melhoria para o ensino, a pesquisa e o planejamento. Essa avaliação possibilita a aquisição de autonomia, a definição de objetivo e a disseminação da responsabilização nas tomadas de decisão, de maneira que a instituição deixa de

centralizar a decisão pedagógica e administrativa focada na direção e passa para a comunidade acadêmica de forma descentralizada. Nesse processo, Nevo (2001) acrescenta que é importante ao ator exercer o papel de avaliador interno para direcionar o processo avaliativo. Para isso, é preciso estar familiarizado com a instituição, saber os avanços, as conquistas e as metas, pois, assim, terá competência para realizar o relatório da avaliação. Logo, a avaliação interna fomenta a participação que contribui para o empoderamento⁸ e para a organização, agregando confiança e direcionamento ao processo avaliativo.

Por sua vez, segundo Werle (2011), a avaliação externa pode ser executada por programas do Estado, por profissionais e/ou por empresas especializadas em avaliação, como por exemplo: inspetor regional; secretaria de educação; departamento de avaliação; ministério da educação e outros. Cabe ressaltar que na avaliação externa não é necessário haver projeto ou programa (coletivo ou individual) ligado a qualquer instituição. Além disso, sua ocorrência pode ser no todo ou em partes das ações institucionais.

Madaus (1988, p. 106, tradução nossa) trata a respeito do programa de avaliação externa, esclarecendo que tem a finalidade de controlar e/ou impor a autoridade externa dentro da instituição. O pesquisador acrescenta que o resultado da avaliação externa produz dois efeitos. O primeiro é o uso de testes de informação para corroborar a respeito de decisões políticas sobre o estado atual da educação. O segundo é o uso de testes de dispositivos administrativos na implementação de política (MADAUS, 1988).

Não é função da avaliação externa conhecer a realidade e a especificidade das IES, já que a avaliação interna pode acompanhar e interferir no relatório da avaliação externa, quando necessário, isso porque ela possui dados da realidade institucional. Nota-se que as avaliações internas e as externas podem existir separadamente sem que uma influencie a outra, como também podem coexistir, quando o resultado da interna se torna base de análise para a externa, bem como o resultado da externa impacta na organização

⁸ O termo empoderamento (em inglês *empowerment*), conforme esclarece Nevo (2001), é uma expressão da escola de capacitação e de transferência de autoridade do centro para a periferia, do governo central para o governo local da comunidade por meio da avaliação interna.

e no planejamento da interna. Por fim, o elo que se faz entre a avaliação interna e a externa é a autoavaliação, o diálogo e a participação (NEVO, 2001).

Percebe-se que a avaliação interna acompanha os processos avaliativos dentro da IES, que podem ocorrer em diferentes setores. Ela proporciona a autoavaliação como um momento de reflexão, de definir objetivos e de disseminar a responsabilização nas tomadas de decisão, em que os resultados podem tornar ferramentas de gestão, que auxiliam no planejamento das ações desenvolvidas na instituição. Ademais, a avaliação interna vinculada a gestão institucional contribui com informações e a outra desenvolve ações de melhoria. Já a avaliação externa possibilita ao Estado controlar se as IES estão seguindo as diretrizes e as normas estabelecidas, bem como verificar a coerência entre o resultado da avaliação interna com o da externa. Todas essas ações geram informações e mapeiam o campo das políticas públicas de avaliação da educação superior, pois permite ao Estado conhecer a realidade das IES para implementar políticas de melhorias.

5) Participação, negociação e diálogo na avaliação institucional

A avaliação institucional, na perspectiva emancipatória e formativa, requer a participação de atores no desenvolvimento do processo avaliativo. Esse é permeado pelo diálogo, pois viabiliza as trocas de experiências entre os demais atores que compõe a IES e assim conduz a negociação.

Desta forma, Felix e Gallina (2011) argumentam que a participação nos processos avaliativos tem que ser legítima e transformadora para que a IES passe a se autoconhecer e significar suas práticas.

Em adição, Callai e Rosa (2005) relatam a respeito da participação na comunidade acadêmica concernente aos processos avaliativos da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul. Nessa instituição, a avaliação teve como princípios a reflexão, o diálogo, a interação da comunidade e a continuidade no processo avaliativo. O resultado culminou na reformulação das propostas político-pedagógicas dos cursos de graduação, bem como na gestão, na pesquisa e na extensão. As pesquisadoras elucidam que a participação na autoavaliação institucional deve acontecer em todo o processo, mas isso não significa apenas responder ao questionário ou socializar o resultado final, ela deve

estar imbricada no fazer cotidiano da IES e, assim, propiciar a cultura da participação na perspectiva emancipatória e formativa.

Para Tognarelli (2010), a participação é uma ação concreta e não apenas uma possibilidade. A pesquisadora ressalta que no dia a dia da IES é possível constituir meios para assegurar a participação e definir o “sujeito coletivo institucional” (TOGNARELLI, 2010, p. 68), com propostas que tenham sentido para os envolvidos, viabilizando a construção coletiva do conhecimento.

Já Retz (2007) entende que, de acordo com a proposta do SINAES, a participação está presente em diferentes níveis avaliativos da IES, desde os gestores aos discentes. Com efeito, relata pesquisas em cinco instituições, nas quais entrevistou um membro de cada CPA. Constatou o esforço das CPAs em promover a participação da comunidade acadêmica nos processos avaliativos, bem como evidenciou o inexpressivo apoio da gestão e a ausência da cultura de participação na avaliação institucional.

Lima (2008) posiciona-se de maneira semelhante à Retz (2007) quanto à ausência da cultura de participação na avaliação institucional. Afirma que a comunidade acadêmica tem que aprender a participar para construir um ambiente de diálogo e de negociação.

No que se refere ao diálogo, Grego et al. (2007) relatam a complexidade e a dificuldade de constituir o diálogo nos processos avaliativos, em uma determinada IES de múltiplos *campi*. Essa dificuldade pode ser explicada em virtude da distância física dos atores sociais, bem como pelo descrédito e o diferente posicionamento político de alguns em relação à avaliação. Desse modo, o procedimento metodológico inicial para sensibilizar a comunidade acadêmica foi a de relatar a importância do diálogo e da negociação entre as unidades de ensino. Os pesquisadores esclarecem que o diálogo está na perspectiva da interação entre os pares, como forma de alcançar objetivos propostos, partindo do diálogo para se chegar à negociação.

De acordo com essa perspectiva formativa, um núcleo de estudo e de aprendizagem foi instituído na IES, com vistas a viabilizar um ambiente coletivo de discussões, de diálogo, de emergência de ideias e de estratégias. Ainda mais, ocorreram visitas nas unidades acadêmicas, com o desenvolvimento de atividades, tais como: oficinas, seminários e conferências com especialistas, o que se caracterizou como espaço de aprendizagem estimulado pelo diálogo, o qual, por sua vez, proporcionou uma linguagem

e um referencial comum na prática da avaliação institucional. Isso significou um desafio, pois a instituição possuía vários campi e cada um deles apresentava problemas específicos. Uma das estratégias usadas para enfrentar estes “problemas” foi engajar a comunidade numa estreita relação com a Comissão Conjunta da CPA (GREGO et al., 2007).

Entende-se que para instituir a participação na avaliação institucional, há alguns requisitos, entre eles está o diálogo, para que se possa fundamentar a tomada de decisão nas negociações. O diálogo é compreendido como sendo a possibilidade do ator social trocar experiências, inquietações e dificuldades, como também socializar avanços, entre outros fatores que sejam comuns aos pares. Com isso, cada qual tem o momento de falar, de ouvir e de ser ouvido, daí o diferencial do diálogo, pois transforma não apenas a instituição, como também a todos os envolvidos no processo para alcançar um denominador de interesse comum, buscando a melhoria da qualidade institucional. Cabe ressaltar que o diálogo não está desvinculado da negociação, ambos andam juntos no processo formativo da avaliação.

6) Cultura de avaliação na avaliação institucional

A construção da cultura de avaliação em IES não é algo fácil e nem rápido, visto que requer envolvimento, responsabilidade e participação dos atores e, fundamentalmente, da gestão da instituição.

Neste sentido, Andriola e Souza (2010) mencionam que a cultura é construída socialmente e está imbricada no modo de vida dos atores sociais. Para que uma nova regra e/ou norma seja incorporada à cultura, é imprescindível a aceitação voluntária de todos. A proximidade da cultura de avaliação e da cultura está no fato de que ambas são construções sociais, sendo que a primeira se estabelece a partir de práticas de autoavaliação institucional da IES.

Rios e Souza (2011) afirmam que antes de construir a cultura de avaliação, é oportuno vencer a cultura do medo em relação à avaliação punitiva. A construção da cultura de avaliação requer o respeito, o compromisso, a competência técnica e humana, a política e a ética. Para isso, os pesquisadores consideram importante a participação de profissionais sensíveis, criativos e comprometidos com a emancipação e a autonomia. Isso

implica uma “nova concepção de homem e de mundo em que a visão de acabamento dá lugar à visão de inacabamento.” (RIOS; SOUZA, 2011, p. 11).

Augusto (2007) acrescenta que o processo de construção da cultura de avaliação demanda tempo e persistência para ser aceito pela comunidade acadêmica, visto que toda mudança gera resistência. Ressalta que após a consolidação da cultura de avaliação na IES é fundamental que haja processo democrático eficiente.

Portanto, nota-se que a cultura de avaliação requer envolvimento e participação daqueles que compõe a IES, isso porque ela é construída diariamente, por meio das práticas significativas da avaliação. Sendo assim, a cultura de avaliação difere de IES para IES, pois cada qual a apreende e a ressignifica a sua realidade institucional.

7) Gestão na avaliação institucional

A partir da análise bibliométrica, é constatado que o conceito “gestão” na avaliação institucional foi utilizado pelos pesquisadores de duas formas distintas. A primeira está na perspectiva participativa, em que a avaliação institucional possibilita à comunidade acadêmica envolver-se no processo avaliativo de maneira formativa e somativa. Já a segunda concepção está na perspectiva gerencial⁹, como um instrumento para alcançar a eficiência, a eficácia e a produtividade por meio de resultado da avaliação.

Eussen (2010), Galdino (2011), Peixoto (2008) e Rios e Souza (2011) argumentam que a avaliação institucional e a gestão da IES conduzem a comunidade à consciência, ao engajamento, ao debate e à solução inovadora de problemas, gerando um planejamento de gestão mais eficaz e democrático. Isso porque, os resultados da avaliação fomentam indicadores para a gestão analisar e refletir sobre a realidade institucional para as tomadas de decisão. Nesse processo de avaliação e de gestão institucional são criados métodos, técnicas e instrumentos para o uso dos resultados avaliativos.

Muitos pesquisadores investigam a gestão na perspectiva gerencial na avaliação institucional, entre eles merecem destaque: Cavalcante (2006) e Felix e Gallina (2011), que comungam da ideia de gestão para pensar a ação estratégica da avaliação

⁹ Entende-se, neste trabalho, que perspectiva gerencial consiste em ações que visam a eficiência, a eficácia, efetividade e a produtividade para atender o mercado.

institucional propiciando a participação democrática. A gestão no meio acadêmico e empresarial contribui dando diretriz para o planejamento estratégico e mantém o dinamismo com oportunidade de mercado.

Por sua vez, a gestão da informação, na avaliação institucional, consiste em mapear o fluxo de informações dentro da IES, definindo assim qual será o melhor momento para a informação ser transmitida. Administrar a rede de informação é um elemento estratégico para mobilizar e para sensibilizar os atores sociais (PORÉM; KERBAUY, 2011).

Em adição, Silva (2008) descreve a relação entre administração e gestão, as duas são tratadas como sinônimos em dicionários e no cotidiano do administrador, no entanto a primeira tem caráter técnico e a segunda tem caráter político. Ressalta que a gestão pode designar uma ação administrativa, como também pode significar gerência e ação politizada da administração. Ambas visam à racionalização do trabalho e dos recursos humanos, físicos, tecnológicos e financeiros. No que tange a educação, no final da década de 1980, os termos gestão da educação e administração da educação passaram a ser, habitualmente, usados na literatura científica. Aos poucos, o termo administração da educação passou a ficar em desuso e a terminologia gestão a evidenciar o planejamento, a meta, o objetivo e a organização das IES. Cabe ressaltar que o emprego de novos conceitos, principalmente nos processos de reformas políticas e/ou administrativas da educação, pode conduzir a mudanças do significado original e, com isso, determinar campos sociopolíticos diferentes (SILVA, 2008).

Desse modo, entende-se que tanto a gestão quanto a avaliação são elementos que contribuem para o melhor desempenho e desenvolvimento de qualquer IES, pois fornecem conhecimento, reflexão, negociação e prática administrativa e pedagógica, além de possibilitar estrutura no planejamento institucional.

Considerações Finais

A utilização da análise bibliométrica nas pesquisas que abordam a CPA propiciou identificar os conceitos que fundamentam o campo da avaliação da educação superior, que foram: controle, avaliação regulatória, avaliação emancipatória, funções formativa-somativa da avaliação, avaliação interna, avaliação externa, participação, negociação, diálogo, cultura de avaliação e gestão.

A partir dos conceitos identificados, percebe-se que há uma preocupação entre os pesquisadores concernentes à cultura de avaliação na perspectiva emancipatória. Esta perspectiva requer um tempo maior para que os atores sociais envolvidos possam refletir sobre os resultados da avaliação e, assim, serem conduzidos à participação, ao diálogo e à negociação, para enfim realizar a tomada de decisão. Além disso, a cultura de avaliação propicia para a gestão institucional a melhoria da avaliação interna, bem como o uso dos resultados da avaliação externa como um indicador dos pontos fortes e fracos da IES. A utilização da cultura de avaliação na perspectiva emancipatória conduz a comunidade acadêmica a repudiar a prática de apenas responder aos instrumentos avaliativos, mas, sobretudo, que a avaliação seja incorporada à realidade institucional enfrentando as necessidades estruturais e conjunturais para a melhoria do planejamento e da gestão institucional. Compreende-se que as Comissões Próprias de Avaliação que buscam conduzir e sistematizar a autoavaliação institucional na perspectiva emancipatória tem um desafio a ser enfrentado.

Outra contribuição para o campo da avaliação da educação superior, identificado nas pesquisas referentes à CPA, é a constatação de que existe uma inquietação entre os pesquisadores relativamente à forma como o Estado faz a apropriação da avaliação, dando a ela uma ênfase regulatória, determinando indicadores de qualidade do ensino a ser ofertado nas IES. Essa ação do Estado está apoiada num contexto histórico de institucionalização da avaliação em âmbito internacional que influenciou as políticas públicas de avaliação nacional. A avaliação estatal orientou-se pelas demandas do mercado educacional, fomentando a melhoria da eficiência e da eficácia de IES numa perspectiva gerencial da avaliação. Além disso, os múltiplos processos de avaliação visaram o fortalecimento, a ampliação da informação, o indicador comparativo, o parâmetro e o diagnóstico em âmbito interno e externo da IES para o controle e a regulação do Estado. A partir da avaliação regulatória o Estado, pôde-se intervir nas políticas de avaliação por meio de diretrizes, de normas e de regulamentações dentro das IES; desta forma, mantém-se o controle do ensino ofertado nas instituições. Esse controle faz uso de instrumentos objetivos, nos quais é possível aferir os indicadores de qualidade numa perspectiva quantitativa da educação superior, bem como estimular o ranqueamento, a classificação e a competição entre as instituições.

Mais uma contribuição identificada nas pesquisas referentes à CPA, é a possibilidade de uma avaliação emancipatória por meio de práticas significativas para os atores sociais participantes da avaliação. Em outras palavras, a autoavaliação institucional realizada pelos atores sociais da instituição possibilita a melhoria e o avanço da prática pedagógica, formativa, participativa, educativa e diagnóstica da realidade institucional. De forma que, a ação da CPA pode abrir brechas na avaliação regulatória e de controle utilizado pelo Estado por meio da confecção de relatório anual, para uma avaliação emancipatória, formativa e educativa por meio da participação da comunidade acadêmica na avaliação. Em decorrência dessa possibilidade, a comunidade tem a oportunidade de aprender e de formar atores com competência técnica para coordenar o processo avaliativo. Nessa perspectiva, os resultados da avaliação podem ser analisados relativamente aos seus impactos, nomeadamente de explícita e aparente contribuindo com a dinâmica institucional, tais como, melhoria no Plano de Desenvolvimento Institucional, no Projeto Pedagógico de Curso, nas Diretrizes Internas da Instituição, no Plano de Gestão, no Ensino, Pesquisa e Extensão, entre outros. Como também, os resultados podem ser analisados de forma implícita e não aparente, em outras palavras, há resultados da avaliação que necessitam de pesquisa para, de fato, identificar quais foram as causas para aspectos avaliados negativamente. A partir das análises desses resultados implícito e não aparente, pode-se conhecer com maior profundidade a realidade institucional, para então, realizar tomada decisão na busca por melhorias dentro da IES.

Referências

AFONSO, A. J. *Avaliação educacional: regulação e emancipação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

AMARAL, A.; POLIDORI, M. M. Quality evaluation in Brazil: a competency based approach?. *Higher Education Policy*, Reino Unido, v. 12, n. 2, p. 177-199, 1999.

ANDRIOLA, W. B.; SOUZA, L. Alves de. Representação sociais dos gestores e técnicas da unidade acadêmica da Universidade Federal do Ceará (UFC) acerca a autoavaliação institucional. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 15, n. 2, p. 45-72, jul. 2010.

AUGUSTO, R. *A auto-avaliação institucional na visão dos coordenadores das comissões próprias de avaliação das instituições de ensino superior em Campinas*. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação)—Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2007.

AUGUSTO, R.; BALZAN, N. C. A vez e voz dos coordenadores das CPAs das IES de Campinas que integram o SINAES. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 12, n. 4, p. 597-622, dez. 2007.

BARREYRO, G. B. Do Provão ao SINAES: o processo de construção de um novo modelo de avaliação da educação superior. *Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 37-49, mar. 2004.

BELLONI, I. et al. Avaliação institucional da Universidade de Brasília. In: DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Org.). *Avaliação institucional: teoria e experiências*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BOURDIEU, P. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais v.39).

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 30 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 30 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 nov. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9131.htm>. Acesso em: 30 abr. 2016.

CALLAI, H. C.; ROSA, M. S. C. Auto-avaliação na UNIJUÍ. In: ENCONTRO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ASSOCIADAS DA ABESC e ABRUC, 2005, Campinas. *Anais...* Campinas: PUC, 2005.

CARVALHO, E. da S. *Comissão Própria de Avaliação: controle ou emancipação*. 2009. 129 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo)–Programa Educação Currículo, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

CASTANHEIRA, A. M. P.; COELHO, A. R.; GAGLIARDI, M. V. Avaliação docente pelos discentes. In: ENCONTRO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ASSOCIADAS DA ABESC e ABRUC, 2005, Campinas. *Anais...* Campinas: PUC, 2005.

CAVALCANTE, J. H. M. *O processo de autoavaliação institucional do sistema nacional de avaliação da educação superior – SINAES como ferramenta de gestão estratégica nas IES: um estudo de caso*. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial)–Escola Brasileira de Administração Pública e Privada, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação Institucional, instrumento da qualidade educativa: a experiência da Unicamp. In: DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Org.). *Avaliação Institucional: teoria e experiências*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DIAS SOBRINHO, J. Universidade: projeto, qualidade, avaliação e autonomia. In: _____. *Avaliação institucional da UNICAMP: processo, discussão e resultados*. Campinas: UNICAMP, 1994.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do PROVÃO ao SINAES. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

DOTTA, A. G. *Política pública da educação superior no Brasil: a efetividade da avaliação institucional no âmbito do SINAES*. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas)–Centro de Teologia, Pontifícia Universidade Católica, Paraná, 2009.

DURHAM, E. A institucionalização da avaliação. In: DURHAM, E.; SCHUWARTZMAN, S. (Org.). *Avaliação do ensino superior*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

EUSSEN, S. K. da S. N. SINAES: as diferentes faces da avaliação na UFRN. 2010. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

FELIX, G. T.; GALLINA, S. F. da S. Gestão, avaliação e participação na autoavaliação da UFSM: em busca de compreensões sob distintos horizontes. In: TRABALHOS 25º SIMPÓSIO BRASILEIRO, 2., 2011; CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. 2., 2011. São Paulo. *Anais...* São Paulo, PUC/USP, 2011.

FRANCO, S. R. K. O Sinaes em seu processo de implementação: desafios e perspectivas. *Revista Entreideias*, Salvador, v. 1, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2012.

GALDINO, M. N. D. A autoavaliação institucional no ensino superior como instrumento de gestão. In: TRABALHOS 25º SIMPÓSIO BRASILEIRO, 2., 2011; CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. 2., 2011. São Paulo. *Anais...* São Paulo: PUC/USP, 2011.

GREGO, S. M. D. et al. A construção do processo democrático de auto-avaliação institucional na UNESP. *Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 257-289, jun. 2007.

INEZ, A. M. A. de S. *Avaliação da educação superior: experiência e vozes docentes em uma análise de política e prática*. 2007. 307 f. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

LIMA, E. G. dos S. Avaliação institucional participativa: entraves e possibilidades no contexto da universidade. In: TRABALHOS SIMPÓSIO BRASILEIRO, 25., 2011; CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. 2., 2011. São Paulo. *Anais...* São Paulo: PUC/USP, 2011.

LIMA, E. G. dos S. *Avaliação institucional: o uso dos resultados com estratégias de (re) organização dos espaços de discussão na universidade*. 2008. 250 f. Tese (Doutorado em Educação)–Ensino, Avaliação e Formação de professores, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MADAUS, G. F. The Influence of testing on the curriculum. In: TANNER, L. N. *Critical issues in curriculum: Eighty-Seventh Yearbook of the National Society for the Study of Education*. Chicago, Illinois: NSSE, 1988.

NEVO, D. School evaluation: internal or external?. *Studies in Educational Evaluation*, Great-Britain, v. 27, p. 95-106, 2001.

PEIXOTO, M. do C. de L. A avaliação institucional nas universidades federais e as comissões próprias de avaliação. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 9-28, mar. 2008.

PORÉM, M. E.; KERBAUY, M. T. M. CPA: de fonte à gestora da informação e do conhecimento. In: TRABALHOS SIMPÓSIO BRASILEIRO, 25., 2011; CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. 2., 2011. São Paulo. *Anais...* São Paulo: PUC/USP, 2011.

RETZ, R. de G. Política pública da educação superior no Brasil: a efetividade da avaliação institucional no âmbito do SINAES. 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Departamento de Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

RIOS, M. P. G.; SOUZA, K. L. de O. Gestão da educação superior e avaliação institucional: diálogos permanentes. TRABALHOS SIMPÓSIO BRASILEIRO, 25.; CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. 2., 2011. São Paulo. *Anais...* São Paulo: PUC/USP, 2011.

ROTHEN, J. C. Ponto e contraponto na avaliação institucional: análise dos documentos de implantação do SINAES. *Teoria e Prática*, Rio Claro, v. 15, n. 27, p. 119-137, jul./dez. 2006.

SANTOS, J. dos. *Avaliação institucional: o caso da UFSCar*. 2014. 170 p. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2014.

SAUL, A. M. *Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. 2. ed. São Paulo: Cortez e Associados, 1991.

SCRIVEN, M. Types of evaluation and types of evaluator. *Evaluation Practice: Black and White Photograph*, v. 17, n. 2, p. 1-11, spring/summer, 1996.

SILVA, A. L. da. Os aspectos sociais e o funcionamento da avaliação institucional no contexto do SINAES nas universidades federais. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO, 25., 2011; CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. 2., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: PUC/USP, 2011.

SILVA, J. dos S. *Avaliação institucional: implicações administrativas na gestão da Universidade Federal da Bahia*. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Linha Política e Gestão da Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

TOGNARELLI, V. R. *Avaliação institucional: do processo construído à vivência do SINAES. A consolidação do “sujeito coletivo institucional”*. 2010. 255 f. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

WERLE, F. O. C. (Org.). *Avaliação em Larga Escala: foco na escola*. Brasília, DF: Líber Livro, 2011.

Recebido em: 30/04/2016

Aceito para publicação em: 19/07/2016

The field of Higher Education Evaluation: focus on the Evaluation Committee

Abstract

This article aims to identify the concepts that substantiate the researches concerning the Evaluation Committee. From a bibliometric analysis, seven central concepts were chosen for a qualitative-descriptive analysis. The study concludes that there is a concern about public policy evaluation among researchers of the higher education evaluation field with the way the State takes ownership of regulatory evaluation to determine indicators of educational quality offered in higher education institutions. Evaluation Committees that seek to conduct and organize self-evaluation according to an emancipatory perspective have an important challenge: to establish an evaluation system in the institutional reality against the control and regulation of the State.

Keywords: Institutional evaluation. Bibliometric analysis. Evaluation Committee. National System of Higher Education Evaluation.

El ámbito de la evaluación de la educación superior: foco de atención en la Comisión Propia de Evaluación

Resumen

El objetivo de este trabajo es identificar los conceptos en los que se basa el estudio referente a la Comisión Propia de Evaluación. A partir de un análisis bibliométrico, se elaboran siete ejes conceptuales para un análisis cualitativo-descriptivo. Se observa que existe una preocupación entre los investigadores del campo de la evaluación de la educación superior sobre la política pública de evaluación en relación con la forma en que el Estado se apropia de la evaluación de regulación para determinar los indicadores de calidad de la enseñanza ofrecida en las instituciones de educación superior. Las Comisiones Propias de Evaluación, que intentan conducir y sistematizar la autoevaluación según la perspectiva emancipadora, tienen un gran desafío: establecer la cultura de la evaluación en la realidad institucional frente al control y a la regulación del Estado.

Palabras clave: Evaluación institucional. Análisis bibliométrico. Comisión Propia de Evaluación. SINAES.